

11. A descrição de cenário de desenvolvimento da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso: a primeira década de sua instituição (2005-2015)

*Edson Benedito Rondon Filho*¹¹⁰

*Agilson Azizes Ferreira*¹¹¹

*Erleno Pereira de Aquino*¹¹²

*Kleber Franklin de Lima Ferreira*¹¹³

*Henrique Correia da Silva Santos*¹¹⁴

RESUMO: Este artigo descreve o cenário da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato, realizando sua caracterização regional com diagnóstico nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, bem como constrói o seu quadro de desenvolvimento, na primeira década de sua instituição (2005-2015), conforme a Lei Federal n. 11.107/2005. A realização desta pesquisa faz parte de um conjunto de atividades acadêmicas exigidas no Curso Superior de Polícia (CSP) promovido pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) no ano de 2015. Como questão guia tem-se: quais as vocações territoriais da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso? O objetivo principal é identificar as vocações territoriais da Região do Médio Araguaia com suas vantagens, problemas e desejos. O método é compreensivo com abordagem híbrida quanti-qualitativa, sendo os dados coletados de maneira indireta, no ano de 2015, junto a bases abertas como o IBGE, o IPEADATA e o PNUD e interpretação fundamentada nas Teorias do Desenvolvimento.

110 Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente colaborador do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga (FCARP). Associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

111 Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

112 Médico. Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

113 Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

114 Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Mato Grosso; Região do Médio Araguaia; Vocações territoriais.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

**DESCRIPTION OF THE DEVELOPMENT SCENARIO OF THE
MIDDLE ARAGUAIA REGION OF THE STATE OF MATO GROSSO:
THE FIRST DECADE OF ITS INSTITUTION (2005-2015)**

ABSTRACT: This article describes the scenario of the Middle Araguaia Region of the State of Mato (Brazil), carrying out its regional characterization with diagnosis in the economic, social and environmental dimensions, as well as constructing its development framework, in the first decade of its institution (2005-2015), according to Federal Law no. 11,107/2005. Carrying out this research is part of a set of academic activities required in the Higher Police Course (CSP) promoted by the Costa Verde Military Police Academy (APMCV) of the Mato Grosso Military Police (PMMT) in 2015. The question is: what are the territorial vocations of the Middle Araguaia Region of the State of Mato Grosso? The main objective is to identify the territorial vocations of the Middle Araguaia Region with their advantages, problems and desires. The method is comprehensive with a hybrid quantitative-qualitative approach, with data collected indirectly, in 2015, together with open bases such as IBGE, IPEADATA and UNDP and interpretation based on Development Theories.

Keywords: Regional Development; State of Mato Grosso; The Middle Araguaia Region; Territorial vocations.

Introdução

A realização desta pesquisa fez parte de um conjunto de atividades acadêmicas exigidas no Curso Superior de Polícia (CSP) promovido pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) no ano de 2015, requisito para a promoção ao posto de Coronel da referida instituição policial militar.

A questão do desenvolvimento regional é tema em pauta nos debates acadêmicos desde o pós Segunda Guerra Mundial na medida em que foi observado um processo de desenvolvimento descontínuo e desigual nas diversas regiões estudadas, revestindo-se de complexidade as relações existentes e integrantes das economias desses locais.

Lima e Simões (2010, p. 6) ao apresentarem as Teorias sobre a Dinâmica Regional e Implicações de Políticas Econômicas alertaram que esse tipo de abordagem pressupõe a definição do conceito de região, pois “(...) a mesma cresce ou declina como um todo, ao invés de ter suas variações de renda como a soma aleatória de variações independentes nas atividades nela localizadas”.

Qualquer que seja o critério utilizado para definir a noção de região haverá nesse procedimento um corte arbitrário, pois no capitalismo o espaço econômico é articulado e integrado não havendo secções entre as dimensões envolvidas, o que leva à definição de região a um sentido de integração espacial em determinado conjunto de pontos em território que gera diferenciação em relação às outras regiões.

Essas teorias mencionadas tentam compreender o movimento do capital no espaço, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, François Perroux, Jacques Boudeville e Douglas C. North (*idem*, p. 6).

Por esse raciocínio, o presente trabalho tem por finalidade descrever, a partir de dados coletados no ano de 2015, o cenário de desenvolvimento da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso na primeira década de sua criação (2005-2015), conforme sua instituição jurídica dada pela Lei Federal n. 11.107/2005. Essa Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso é formada pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira.

O problema que adveio da proposta foi: quais as vocações territoriais da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso? O que nos conduz ao objetivo de identificar quais são as vocações dessa região com vantagens, problemas e desejos, em estudo descritivo, com o uso do método compreensivo e abordagem metodológica híbrida quanti-qualitativa. Como suporte para a coleta de dados foram utilizados os sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O artigo é estruturado em seções que abordam a caracterização regional, o consórcio intermunicipal da Região do Médio Araguaia, as vocações territoriais e o cenário da região.

Caracterização regional

A riqueza e a diversidade de Mato Grosso são notórias, como também seu acelerado crescimento econômico e demográfico, tendo como base a agropecuária voltada para o mercado exterior, gerando um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 57,2 bilhões (Seplan, 2012).

Nesse quadro encontramos forte imigração e problemas sociais e ambientais, em que pese os indicadores sociais estarem acima da média nacional. Para se ter uma ideia, Mato Grosso cresceu entre 2002 e 2007 em média de 7,73% ao ano, dois pontos percentuais acima da média nacional. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2008 foi de R\$ 17.102,00 e teve como base econômica o agronegócio que contribui com quase 30% do PIB estadual.

Conciliar desenvolvimento com sustentabilidade tem sido o grande desafio, sobretudo pela pressão antrópica exercida sobre os recursos naturais.

Estudos da Secretaria de Estado de Planejamento, Seplan (2012) apontam estrangulamentos na infraestrutura e logística, o que impacta na alta produtividade em razão do baixo adensamento produtivo e limitada agregação de valor aos produtos primários, refletindo na renda e no emprego.

Esse cenário interfere diretamente no desenvolvimento que cada vez mais passa a depender das políticas e investimentos, e, ainda, da economia mundial, principalmente o mercado de alimentos e *commodities*.

Alguns pontos merecem destaque para melhor compreensão da temática, como é o caso do crescimento da população de Mato Grosso que entre 2005 e 2010 cresceu apenas 1,56% ao ano, um pouco acima da média do Centro-oeste (1,5%/ano) e do Brasil (0,79%/ano), o que evidencia movimento migratório, mas bem mais tímido que as décadas anteriores. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (2009) indicam que 40,4% da população residente no Estado é formada por migrantes (*idem*, 2012).

A Região do Médio Araguaia, objeto de nossa análise, é formada pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira, e dentro desse cenário estes merecem detalhamento para melhor compreensão do desenvolvimento da região, passo que daremos doravante.

Água Boa

A denominação Água Boa data da época de abertura da BR 158 na década de setenta quando a região foi destino de fluxo migratório. A Lei estadual nº 4.166, de 26 de dezembro de 1979, criou o município desmembrado de Barra do Garças.

Dista 730 km de Cuiabá e possui o maior índice de desenvolvimento da região leste do Mato Grosso (2005-2015), com diversificação na base econômica e fortalecimento da agricultura e pecuária, bem como o setor industrial com empresas de diversos segmentos.

Campinápolis

A Lei Estadual nº 4.994, de 13 de maio de 1986, criou o município de Campinápolis através de área desmembrada de Nova Xavantina. Sua população em 2015 foi estimada em 15.112 habitantes, distribuídos numa área de 5.967 Km². Sua localização dista 93 km de Água Boa.

Canarana

O Distrito de Canarana foi instituído pela Lei Estadual nº 3.759, de 29 de junho de 1978, subordinado ao município de Barra do Garças. Em 1979,

pela Lei Estadual nº 4.165 de 26 de dezembro, foi criado o município de Canarana.

De Canarana se originou Ribeirão Cascalheira no ano de 1988, pela Lei Estadual nº 5.267, de 3 de maio de 1988.

O ponto de realce de Canarana é o seu planejamento com ruas e avenidas largas. Possui os distritos de Matinha, Serra Dourada, Culuene e Garapú.

Cocalinho

Cocalinho teve sua ocupação em tempo mais recente quando em comparação com as outras ocupações da região, mas sua reserva territorial data de 26 de abril de 1928, quando o governo estadual, pelo decreto-lei nº 808, destinou 1.800 hectares de área para a então povoação de São José do Cocalinho no município de Registro do Araguaia.

Em 1934 foi criado o município de Araguaiana (Decreto nº 368) e juntamente o Distrito de Paz de São José do Cocalinho. Desse distrito foi criado o distrito de São Félix em 1948 pela Lei nº 163, de 23 de outubro.

No ano de 1952, o decreto nº 1.329 de 19 de maio, destinou para formação de patrimônio da Vila Cocalinho 3.600 hectares de terras do município de Barra do Garças. O município de Cocalinho ganhou tal status somente em 13 de maio de 1986, pela Lei Estadual nº 5.009 quando foi desmembrado de Barra do Garças. A mesma divisão territorial foi mantida em 1995 e em 2009.

Gaúcha do Norte

A região de Gaúcha do Norte tem suas raízes junto à Colonizadora Gaúcha cujos diretores eram oriundos da cidade de Cascavel (PR) onde possuíam a rede de lojas chamada Casa Gaúcha.

Inicialmente a localidade foi chamada de Gleba Gaúcha acolhendo os desapropriados da Hidrelétrica Itaipu e agricultores dos estados sulistas. O Distrito de Gaúcha do Norte foi criado pela Lei Estadual nº 4.406, de 30 de novembro de 1981, integrando o município de Paranatinga, permanecendo nessa condição até a divisão territorial de 1993. Em 1995, pela Lei Estadual nº 6.686, foi elevada à condição de município com instalação do distrito sede em 1º de janeiro de 1997.

Nova Nazaré

O Rio Borecaia inspirou a primeira denominação da localidade, cuja povoação se originou dos assentamentos promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

O município foi criado pela Lei Estadual nº 7.235, de 28 de dezembro de 1999, por desmembramento do município de Água Boa.

Nova Xavantina

A criação de Nova Xavantina-MT partiu desde a penetração da expedição Roncador-Xingu em 1943, comandada pelo Coronel Flaviano de Matos Vanique, que alardeava a *marcha para o oeste*, de Getúlio Vargas, porém escondia um projeto, caso fosse necessário, de trasladar a capital do Brasil do Rio de Janeiro para um quadrilátero na bacia fluvial do Xingu, cuja exposição demasiada no período de guerra era vulnerável aos ataques inimigos.

Em 1944 foi lançada pelo aludido Oficial a pedra fundamental denominada de Xavantina, em homenagem ao povo indígena xavante, situada às margens do rio das Mortes, tendo também, a pretensão de fazer assentamento agrário na região pela Fundação Brasil Central, projeto que não evoluiu, verificando-se novo incremento somente aos 1950.

Com a denominação de Ministro João Alberto, em 14 de dezembro de 1943, a Lei n. 2059 criou o distrito com sede no sítio de Xavantina e no dia 29 de junho de 1976, na margem esquerda do rio das Mortes, o distrito de Nova Brasília, por meio da Lei nº 3759. A evolução da região propiciou a criação do município de Nova Xavantina em 3 de março de 1980, desmembrado do município de Barra do Garças e constituído do distrito sede Instalado em 14 de janeiro de 1981. Em 1º de outubro de 1981 lhe anexaram o distrito de Campinápolis por meio da Lei Estadual n.º 4353, o qual foi desmembrado em 1986 por ter sido elevado à categoria de município.

Nova Xavantina é constituído do distrito sede em divisão territorial de 1988, assim permanecendo até a divisão territorial de 2001. Em divisão territorial de 2005, o município é constituído de 2 distritos denominados de Nova Xavantina e União do Leste, permanecendo até a divisão territorial de 2009.

Querência

Querência, fundada em 8 de dezembro de 1985, tem sua denominação vinculada às raízes sulinas e à cultura de seus colonizadores gaúchos. É resultado do projeto desenvolvido pela Cooperativa Mista de Canarana, fundada pelo pastor Norberto Schwantes, após este adquirir de Peres Maldonado 180 mil hectares da Fazenda Betis, localizada entre os municípios de Barra do Garças e São Félix do Araguaia. Sua dependência inicial do município de Canarana conduziu à improvisação de ações e carência de recursos materiais.

Em 19 de dezembro de 1991, a Lei nº 5.895 de 19 de dezembro, cria o município de Querência, desmembrado de Canarana e São Félix do Araguaia. Constituído e instalado distrito sede em 1º de janeiro de 1993.

Ribeirão Cascalheira

Antes de ser Ribeirão Cascalheira o município foi conhecido por Ribeirão Bonito, nos idos de 1968, quando os pioneiros se instalaram às margens do Córrego Suiazinho. Posteriormente o local passou a ser denominado de Alta Cascalheira. Com o núcleo do povoamento estabelecido, outras denominações vieram como Guedolândia e Divinéia.

Em 9 de outubro de 1984, através da Lei Estadual nº 4.774, foi criado o Distrito de Ribeirão Bonito. Em 3 de maio de 1988, pela Lei nº 5.267, após ser desmembrado do município de Canarana e São Félix do Araguaia, foi criado o município de Ribeirão Cascalheira, nome resultado da aglutinação dos termos Ribeiro e Cascalheira pela origem junto ao córrego Suiazinho e pela existência do cascalho na região. O distrito sede foi constituído e instalado em 1º de janeiro de 1989, sendo esta divisão territorial mantida em 1993 e ratificada em 2009.

Realizada a caracterização da região em análise, passaremos a descrever as bases do consórcio formado pelos municípios em comento, nos termos da Lei Federal n. 11.107/2005, para realização de ações de interesse comum.

O consórcio intermunicipal da Região do Médio Araguaia

Segundo Diegues (2011, p. 292), desde a Constituição de 1937 existe a previsão de criação de consórcios intermunicipais no Brasil, mas somente na década de 1990, é que essa prática ganhou impulso para coordenação e cooperação nas políticas públicas comuns afetadas aos municípios de determinada região.

A definição de consórcio comporta várias acepções e não nos detemos nessa perspectiva em específico por não ser o objetivo deste trabalho, mas compartilharemos as seguintes:

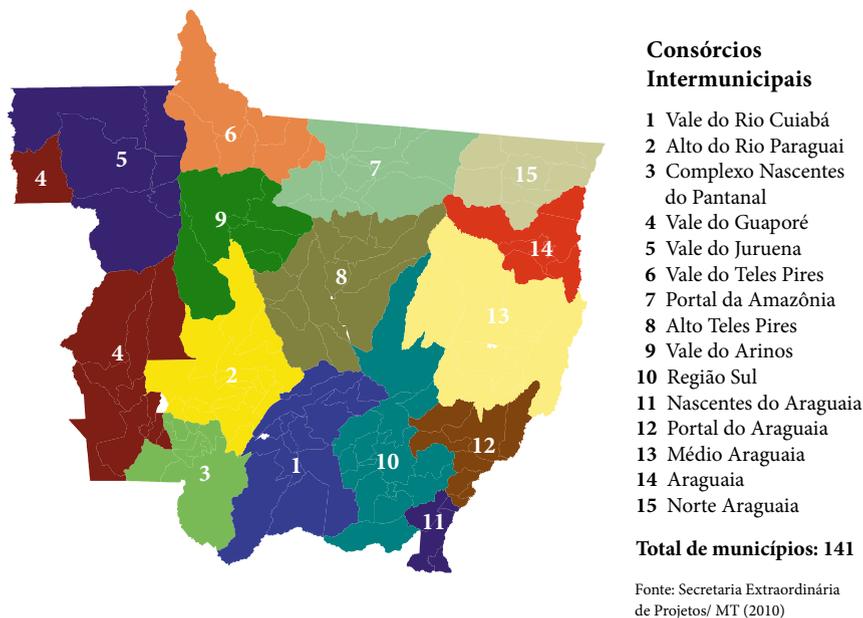
São organizações resultantes da disposição da cooperação dos atores políticos relevantes dos diversos municípios (prefeitos) que decidem cooperar entre si para resolver problemas relativos ao tema ou a um setor específico. Consórcios intermunicipais são formados por uma rede federativa em que se constituiu uma arena política de cooperação horizontal entre dois e mais entes federativos municipais, voltada para a produção compartilhada de decisões sobre políticas públicas. (Idem, p. 295, 296 e 299).

O Estado de Mato Grosso implantou 15 (quinze) Consórcios Intermunicipais (conforme Figura nº 1), nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, constituindo-se em entidades públicas com personalidade jurídica, sede própria e corpo técnico e administrativo.

Esses consórcios possuem objetivos específicos, a destacar: 1) aumentar o número de postos de trabalho e a renda da população; 2) incrementar a arrecadação dos municípios; 3) melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios. Contam com parcerias do Governo do Estado (Sepe, Seder, Sicme, Setecs, Secitec, Seplan, Sema, Sefaz, Sedtur, etc.); Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM); Sebrae, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Famato, Senar, Fetagri, etc.

É óbvio que a responsabilidade é compartilhada com o Governo do Estado que, através do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis e Programa MT Regional, busca promover a integração das ações das secretarias e órgãos das diversas esferas, conjugando com ações de outros parceiros e assim atingir os objetivos propostos, que passam pelas seguintes estratégias: a) organizar um programa único de Estado para o desenvolvimento

Figura nº 1 – Cartografia da divisão geográfica dos Consórcios Intermunicipais do Estado de Mato Grosso



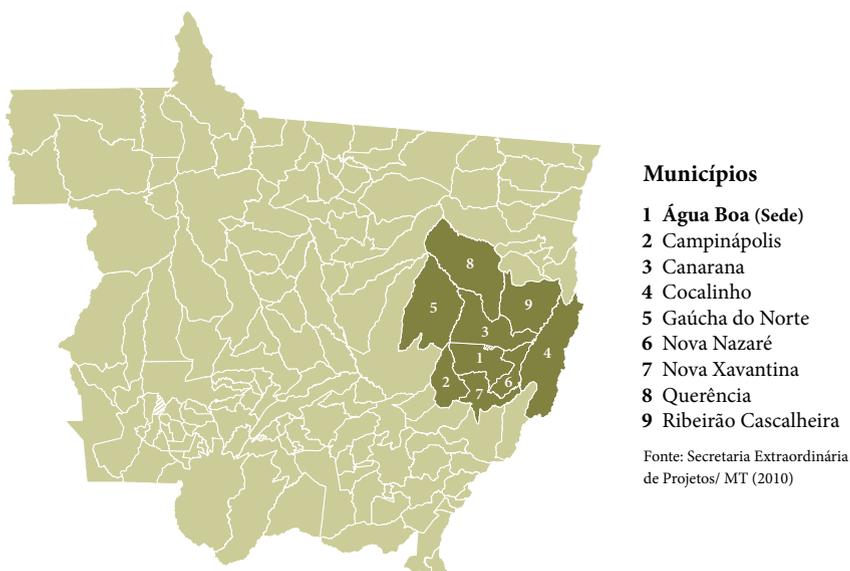
regional; b) estimular o desenvolvimento regional, considerando as vocações econômicas de cada região; c) apoiar a implementação das cadeias produtivas definidas e propostas pelos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Sustentável; d) ir ao encontro das demandas (sociais, econômicas, logísticas e ambientais) levantadas pelos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Sustentável.

Várias ações de apoio são realizadas, como: a) assistência técnica e organizacional (foco principal na agricultura familiar); b) elaboração de programas e projetos; c) organização das cadeias produtivas; d) regularização fundiária; e) transferência de tecnologia (capacitação continuada/ Embrapa, jornadas técnicas); f) fomento (mudas, sementes, tanques de resfriamento, centrais de inseminação, sistema de irrigação, etc.); g) crédito (MT Fomento; Pronaf; Crédito Fundiário; FCO; Fundeic; Ministério da Integração Nacional); h) capacitação (técnicos, produtores e empresários); i) infraestrutura (estradas, energia elétrica, central de comercialização etc.); j) legislação (in-

centivos fiscais, produtos da terra, flexibilização do crédito, inspeção sanitária, etc.); k) comunicação (telefonia, internet, etc.).

Essa perspectiva embasou a criação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento e Sócio-ambiental do Médio Araguaia, denominado CODEMA¹¹⁵, com sede na cidade de Água Boa e composto pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira (ver Figura nº 2).

Figura nº 2 – Cartografia da divisão geográfica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental do Médio Araguaia



115 CNPJ: 09.237.626/0001-90. Av. Planalto, 410 –Centro, CEP: 78635-000 –Água Boa/MT. Tel.: (66) 3468-6422 E-Mail: consorcio_codema@hotmail.com.

A adesão ao Codema se deu conforme as normativas demonstradas no quadro adiante:

Quadro nº 1
Lei autorizativas de adesão pelos municípios do Médio Araguaia ao Codema

Município	Data de adesão	Lei autorizativa
Água Boa (sede)	Junho/2007	Lei 911 – 07/08/2007
Campinápolis	Junho/2007	Lei 761 – 18/08/2006
Canarana	Junho/2007	Lei 802 – 10/09/2007
Cocalinho	Junho/2007	Lei 563 – 06/08/2007
Gaúcha do Norte	Junho/2007	Lei 281 – 04/09/2007
Nova Nazaré	Junho/2007	Lei 226 – 23/07/2007
Nova Xavantina	Março/2009	Lei 1.349 – 16/03/2009
Querência	Junho/2007	Lei 441 – 05/07/2007
Ribeirão Cascalheira	Junho/2007	Lei 482 – 08/08/2007

Fonte: Codema (s.d.)

A perspectiva desse consórcio (Médio Araguaia) é permitir: a) repensar o desenvolvimento e otimizar o uso dos recursos públicos; b) a articulação permite aos municípios manter e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; c) que as administrações públicas atuem com maior eficiência e racionalidade; d) criam condições objetivas para o planejamento democrático.

Importante frisar que o Codema ocupa uma área absoluta de 96.498 km² e uma população de 118.643 habitantes.

Quadro nº 2
Área e população dos municípios do Médio Araguaia integrantes do Codema

Município	Área total (km ²)	Área da Região do Consórcio	População
	Absoluta (km ²)	Relativa (%)	
Água Boa (sede)	7.484	7,75	23.057
Campinápolis	5.970	6,19	14.971

Município	Área total (km ²)	Área da Região do Consórcio	População
	Absoluta (km ²)	Relativa (%)	
Canarana	10.834	11,23	19.948
Cocalinho	16.539	17,14	5.527
Gáúcha do Norte	16.899	17,51	6.900
Nova Nazaré	4.039	4,19	3.406
Nova Xavantina	5.527	5,72	20.273
Querência	17.850	18,50	15.121
Ribeirão Cascalheira	11.356	11,77	9.440
Totais	96.498	100,00	118.643

Fonte: Codema (s.d.)

O Codema possui alguns objetivos, entre eles: a) repasse da atribuição do licenciamento ambiental das atividades poluidoras consideradas de pequeno impacto ambiental local de pequeno e médio porte: empreendimentos industriais, de obras de infraestrutura, agropecuários, florestais, minerais, hídricos, etc.; b) permitir maior agilidade no trâmite de projetos considerados de impacto ambiental local, uma vez que seriam licenciados de forma regional e não mais de forma centralizada na capital do Estado; c) estimular o fortalecimento institucional da gestão ambiental municipal, como também, dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico.

Etapas são necessárias para consolidação desses objetivos e algumas dessas etapas são adiante descritas: 1) procedimentos locais; 2) equipamento e corpo técnico; 3) capacitação técnica (Sema); 4) implantação do sistema.

Nos procedimentos locais ganham destaque a criação do Código Ambiental Municipal dos municípios consorciados; aprovação definitiva do Código Ambiental dos municípios; criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente; criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente; adesão dos municípios junto ao consórcio para a realização do convênio Codema e Sema; celebração de Termo de Cooperação Técnica com a Sema.

Quanto ao equipamento e corpo técnico destacamos a organização para a compra de veículos e equipamentos para atuação de maneira descentralizada; organização do processo seletivo dos profissionais habilitados para a realização do licenciamento ambiental com perfil multidisciplinar.

A capacitação técnica se refere à legislação e fiscalização ambiental; licenciamento ambiental das atividades poluidoras; operacionalização do sistema de informatização e emissão e documentos administrativos; rede de proteção social – ação social; inter-relacionamento pessoal – urbanismo.

A implementação dessas ações prevê a criação de um sistema de protocolo nas unidades sedes dos consórcios interligando-os à Sema e ao MP; lançamento e acompanhamento de processos; controle de ações; emissões de relatórios e pareceres; emissão de taxa e outros; relatórios semestrais à Sema.

As ações previstas de realização pelo Codema são: 1) analisar projetos de licenciamento ambiental visando a liberação de licenças ambientais para empreendimentos e atividades urbanas de pequeno e médio nível de degradação ambiental; 2) efetuar fiscalizações visando proteção ambiental; 3) liberar licença ambiental; 4) fiscalizar ações contra o meio ambiente; 5) apoiar/ou gerenciar projetos de recuperação de áreas degradadas e outros de melhoria do meio ambiente.

Para análise mais crítica do quadro apresentado da Região do Médio Araguaia passaremos a expor alguns de seus indicadores.

Indicadores

Indicador é uma medida quantitativa ou qualitativa, normalmente, utilizada com base em parâmetros para informação ou descrição do estado de um fenômeno com suas tendências e/ ou progressos marcados em determinada temporalidade.

Para uma relação mais global resolvemos apontar alguns indicadores nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, o que possibilitou a construção de um quadro panorâmico da região.

Realizamos a correlação dos indicadores coletados e referentes ao Consórcio Municipal da Região do Médio Araguaia através da *Correlação de Pearson* que na estatística é conhecida como “coeficiente de correlação produto-momento” e tem como função mensurar o grau de correlação entre duas variáveis intervalar ou de razão (métricas). Seus valores sempre estarão entre (-1) e (1). Se próximo a (1) significa que a correlação é positiva perfeita entre as duas variáveis. Se próximo a (-1) a correlação é negativa o que denota uma razão inversamente proporcional, ou seja, se uma variável aumenta a outra diminui. Se (=0) indica que as variáveis são independentes e se a pre-

tensão for identificar uma dependência sem linearidade deve-se investigar a correlação por outros meios.

A fórmula de Pearson é a seguinte:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

Onde x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são valores mensurados das variáveis em cálculo, e

$$\bar{x} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n x_i \quad \bar{y} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n y_i$$

A interpretação dos resultados segue o seguinte:

- 0 a $(\pm) 0.3$ → correlação desprezível
- $(\pm) 0.3$ a $(\pm) 0.5$ → correlação fraca
- $(\pm) 0.5$ a $(\pm) 0.7$ → correlação moderada
- $(\pm) 0.7$ a $(\pm) 0.9$ → correlação forte
- $(\pm) 0.9$ a $(\pm) 1$ → correlação muito forte

Procedida à explanação necessária para compreensão dos instrumentos de análise, passaremos a apresentar os indicadores coletados.

Indicadores econômicos

Tabela nº 1 – Indicadores Econômicos

Municípios	Produção		Emprego e renda (3)	
	Animal (cabeças de gado) ⁽¹⁾	Vegetal (toneladas) ⁽²⁾	Tx. atividade	Renda percapta (R\$)
Água Boa	399.900	166.872,00	66,33	720,74
Campinápolis	157.634	12.950,00	50,32	328,15
Canarana	318.596	412.311,00	72,74	774,65
Cocalinho	378.785	1.450,00	70,59	531,41
Gaúcha do Norte	177.225	257.480,00	52,16	481,01
Nova Nazaré	70.794	9.820,00	56,37	381,54
Nova Xavantina	300.000	123.893,00	68,53	674,00
Querência	172.146	791.554,00	76,55	628,89
Ribeirão Cascalheira	193.459	65.063,00	65,63	512,31

Fonte: (1) IBGE (2010).

(2) www.deepask.com

(3) www.atlasbrasil.org.br

Os indicadores econômicos apresentam uma relação direta entre a produção e o emprego e renda, por exemplo os municípios que possuem a maior taxa de ocupação e renda percapta são os maiores produtores (Canarana, Água Boa, Nova Xavantina e Querência). Esta assertiva é confirmada pela Correlação de Pearson calculada entre os indicadores a seguir demonstrada: a) 0,536838939 (produção animal x tx atividade); b) 0,713219137 (produção animal x renda); c) 0,554475375 (produção vegetal x tx atividade); d) 0,500918038 (produção vegetal x renda). O destaque se refere aos municípios cuja economia tem como base a pecuária que apresenta a maior correlação positiva com a renda: 0,713219137.

Indicadores sociais

Tabela nº 2 – Indicadores Sociais (1)

Municípios	IDH	GINI
Água Boa	0,729	0,49
Campinápolis	0,538	0,69
Canarana	0,693	0,53
Cocalinho	0,660	0,48
Gaúcha do Norte	0,615	0,67
Nova Nazaré	0,595	0,55
Nova Xavantina	0,704	0,53
Querência	0,692	0,50
Ribeirão Cascalheira	0,670	0,54

Fonte: (1) www.atlasbrasil.org.br

No que se refere aos indicadores sociais, a Região do Médio Araguaia de Mato Grosso prepondera uma relação inversamente proporcional entre o IDH e o GINI, conforme Correlação de Pearson marcada em (-0,803896426), ou seja, os municípios que apresentam os maiores IDH são os que apresentam os menores índices de GINI, o que nos conduz à afirmação de que concentração de riqueza impacta no desenvolvimento humano, como é o caso de Água Boa e Nova Xavantina, cujos indicadores são positivos. De outro lado se tem Campinápolis e Gaúcha do Norte com indicadores de alta concentração de renda.

Esclarecendo, o IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano mensurado a partir da expectativa de vida ao nascer, da educação e do PIB per capita e serve para parametrizar o desenvolvimento de países, estados e cidades. Quanto mais tendente ao valor (1) mais é desenvolvido o local ou região em análise.

Por sua vez, o Coeficiente de Gini mensura a desigualdade de distribuição de renda onde o resultado varia entre 0 e 1, sendo que o 0 corresponde à completa igualdade.

No nosso caso, os municípios do Vale do Médio Araguaia que apontaram a menor concentração de renda (renda melhor distribuída) são aqueles que possuem os maiores índices de desenvolvimento humano, segundo o resultado da Correlação de Pearson.

Indicadores ambientais

Tabela nº 3 – Indicadores Ambientais⁽¹⁾

Municípios	Área legalmente protegida			Controle / fiscalização		
	Área total (ha)	Área protegida	Percent./ área	UPG (%)	Queimada (ha)	Desmatamento (ha)
Água Boa	739.883,15	401,76	0,05	17,20	0	0
Campinápolis	584.924,73	0	0	72,10	0	0
Canarana	1.083.881,31	0	0	13,50	68,72	68,72
Cocalinho	1.664.009,54	331.021,69	19,89	86,20	376,72	376,72
Gaúcha do Norte	1.687.832,11	0	0	16,70	5,95	5,95
Nova Nazaré	403.284,60	0	0	84,40	0	0
Nova Xavantina	563.568,44	42,73	0,01	2,10	0	0
Querência	1.777.223,87	0	0	78,30	2.434,30	2.434,30
Ribeirão Cascalheira	1.133.576,24	29.220,68	2,58	70,00	2.496,16	2.496,16

Fonte: (1) www.sema.mt.gov.br

Os indicadores ambientais apresentados revelam que o Consórcio do Médio Araguaia é uma região com produção focada no setor agropecuário com regiões de alto índice de desmatamento e baixo percentual de áreas protegidas, mas, paliativamente, o órgão de controle ambiental estadual (SEMA) tem inovado em estratégias de controle com a criação de Unidades de Planejamento e Gestão (UPG) visando ao desenvolvimento sustentável. A área protegida tem um resultado negativo de baixa correlação com a prática de queimadas, conforme cálculo de Pearson (-0,0193224130), ou seja, as áreas protegidas estão menos suscetíveis de serem queimadas (mais prote-

ção menos queimadas). Quando passamos para a área total dos municípios a relação se inverte, passando a ser positiva (direta), mas não muito acentuada 0,461820258.

Apresentado o quadro econômico, social e ambiental do consórcio intermunicipal dos municípios da região do Médio Araguaia, passaremos a descrever suas vocações territoriais.

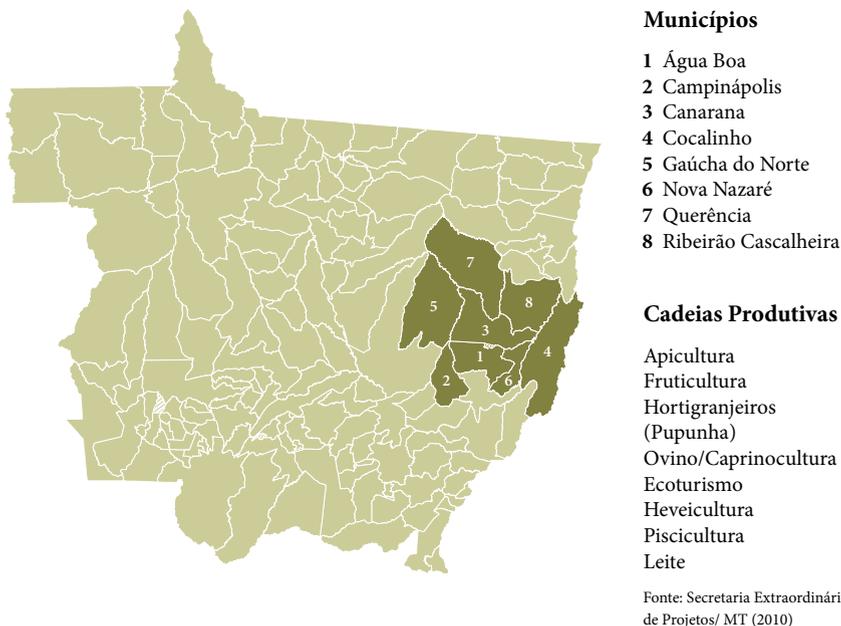
Vocações territoriais da Região do Médio Araguaia

Vocações territoriais são as competências que estimulam as pessoas à prática de determinado ramo de atividade humana. Marcam desejos e desenvolvimento para o território, considerado em sua dimensão não só geográfica, como política, social econômica e ambiental.

A marcação das vocações exige definição das vantagens e dos problemas em correlação com os desejos, possibilitando realização de políticas públicas adequadas para resolução dos conflitos identificados e alcance dos objetivos pretendidos.

O Codema realizou trabalho identificando as vocações da região do Médio Araguaia, a destacar: apicultura, fruticultura, hortigranjeiros (pupunha), ovino/caprinocultura, ecoturismo, heveicultura, piscicultura e leite, conforme apresentado na Figura nº 3.

Figura nº 3 – Cartografia das cadeias produtivas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Sócio-ambiental do Médio Araguaia



Apicultura

A apicultura é a ciência ou arte para criar abelhas, visando extração de produtos como mel, própolis, geleia real, pólen, cera e/ou veneno, entre algumas possibilidades. Como cadeia produtiva da região do Médio Araguaia precisa de fortalecimento das Associações e Cooperativas Apícolas; regularização das casas de mel, bem como assistência técnica, empresa âncora, insumos, casa de extração, entreposto de mel regularizada e certificada sanitariamente, capacitação dos produtores e profissionais da cadeia.

Fruticultura (hortigranjeiros)

A fruticultura apresenta alguns gargalos como: ausência de organização da produção e dos produtores; assistência técnica insuficiente; mercado paralelo forte; dificuldade de acesso ao crédito pelos produtores; comerciali-

zação afetada por falta de produção e sazonalidade (resulta em dificuldades de fechar contratos por não garantir a entrega das quantidades acertadas); baixa participação no mercado brasileiro (67% das frutas consumidas em Mato Grosso são oriundas de outros estados).

A saída está no planejamento, organização, capacitação do produtor e da produção; no fortalecimento de empresas âncoras; diversificação dos produtos (orgânicos e agroecológico); na garantia de assistência técnica; no incentivo do consumo dos produtos locais; na criação de linha de crédito específica ao setor; no incentivo da cadeia produtiva da pupunha e dos fitoterápicos; no fomento com fornecimento de mudas, sementes, despoldadeiras, sistemas de irrigação, etc.

Ovino/Caprinocultura

Vaz (2007, p. 11) relata que a criação de ovinos é uma atividade de ciclo produtivo curto com cerca de 240 dias de duração. Há no Brasil 26 raças com registro genealógico, cruzamentos e variedades para criação nos diferentes ecossistemas brasileiros.

É necessário apoio das instituições públicas para organização dessa cadeia produtiva e oferta de assistência qualificada para elaboração de projetos e obtenção de recursos junto a fontes de fomento como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ou pelo Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro) (*idem*, p. 14).

“O ganho depende de alguns fatores, dentre os quais a organização dos produtores, gerenciamento, raça, manejo (reprodutivo, sanitário e alimentar), que garantem rentabilidade e qualidade ao produto” (*idem*, p. 15).

Ecoturismo

Conforme o informativo disponível no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo¹¹⁶ o rio Araguaia que dá o traçado natural dos limites leste do Estado de Mato Grosso torna a região naturalmente vocacionada para a exploração do turismo pelas belas praias de areias branca e águas cristalinas e calmas, principalmente no período da vazante. Adiciona-

116 Disponível em: <<http://www.sedtur.mt.gov.br/Araguaia>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

-se a esse quadro a riqueza cultural e a fartura de peixes. Para fortalecimento dessa atividade várias medidas são necessárias como a estruturação da rede hoteleira, capacitação para atendimento do setor, investimento na divulgação da região, etc.

Heveicultura

O Estado de Mato Grosso é o terceiro produtor de seringa do país e o governo do Estado acredita nessa cadeia produtiva por ser economicamente rentável e viável ambientalmente¹¹⁷.

Piscicultura

O grande potencial para a piscicultura de Mato Grosso nos conduz a uma análise das oportunidades e desafios dessa cadeia produtiva, vista como alternativa aos produtores rurais que podem ampliar as opções de produtos e agregar valor à propriedade. O Estado produz cerca de 60 mil toneladas de peixes por ano favorecido pelo clima favorável, disponibilidade de água doce e alta oferta de produtos para ração animal (soja e milho) (FAMATO, 2014, p. 7).

Leite

Famato (2011) realiza um diagnóstico sobre a cadeia produtiva do leite no Estado de Mato Grosso que englobou a produção e a indústria laticinista, com base em amostra de 380 produtores de leite. O Estado ocupa a 10ª posição no ranking nacional de produção com predominância das pequenas áreas produtivas, com utilização de máquinas, motores e equipamentos elétricos. O número de vacas em lactação é menos que o recomendado, o que reduz a renda bruta do produtor. O sistema é pouco intensivo, no entanto, a margem bruta foi positiva que incentiva a continuidade dessa cadeia produtiva.

117 Disponível em: <<http://www.gestaonocampo.com.br/biblioteca/cresce-procura-por-cadeia-produtiva-da-heveicultura-em-mato-grosso/>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

A baixa remuneração se deve ao baixo nível tecnológico (82% ordenha manual); baixa produtividade; elevado capital investido e pequeno volume de produção, o que demanda investimento em capital humano que já está sendo realizada de maneira parcial pelo Senar.

A organização da representação dos produtores se dá por cooperativas ou sindicato rural, com pouca participação dos interessados. Não há interesse em formalizar o contrato com a indústria que é pouco diversificada e concentrada em produtos de pouco rentabilidade, como a mozzarella. Também, falta orientação técnica aos produtores, bem como falta acesso ao crédito rural disponível.

O Estado tem buscado contribuir com o desenvolvimento das regiões consorciadas realizando o levantamento e cadastramento dos empreendimentos informais e orientação quanto ao acesso a regularização fiscal, sanitária e ambiental, com foco no Programa Produtos da Terra pela política do “Ganha Tempo” e sensibilização dos gestores municipais quanto a importância da implantação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal, visando uma futura adesão ao SUASA.

Cenário da Região do Médio Araguaia em 2015

Após a descrição de toda essa realidade da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso se faz necessário descrever seu cenário. Segundo SEPLAN (2012):

Os cenários são o resultado da combinação das tendências consolidadas, que devem ter o mesmo comportamento no futuro, com hipóteses formuladas para as incertezas críticas. Como seus desdobramentos futuros são incertos, a única forma de antecipar os mesmos é a formulação de hipóteses que, em todo caso, devem ser plausíveis.

Assim, seguindo essa conceituação, apresentaremos as tendências consolidadas e as incertezas críticas para construção do cenário da região do Médio Araguaia.

Algumas **tendências consolidadas** devem ser observadas para elaboração de projetos, como: 1) crescimento demográfico e fluxo migratório; 2) inovação e desenvolvimento tecnológico; 3) tráfico de drogas e contrabando

de armas nas fronteiras (impacta em todo o Estado e não somente na região de fronteira como muitos pensam); 4) mobilização e participação social da população no controle social; 5) política de incentivo fiscal; 6) diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias; 7) degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais; 8) integração com os mercados mundial de alimentos e de energia; 9) capacidade reduzida de investimento público do estado; 10) escala e dinâmica do mercado voltado para exportação; 11) grau de escolaridade e de qualificação da mão-de-obra; 12) pobreza e desigualdade social; 13) habitabilidade, qualidade de vida nas cidades e rede urbana (SEPLAN, 2012).

As **incertezas críticas** fazem parte desse cenário de maneira condicionante do futuro, mas não constituem variáveis de resultado, pois podem ser modificadas por existência de alternativas. Estão entre as incertezas: 1) investimento em infraestrutura econômica e logística (deficiência em infraestrutura econômica; grande extensão territorial do Estado de Mato Grosso; má qualidade do sistema de transporte; custos do frete; tempo de deslocamento das pessoas e das mercadorias); 2) gestão ambiental; 3) regularização fundiária; 4) postura do empresariado mato-grossense; 5) capacidade de gestão pública do Estado (limitada, baixa efetividade das ações e iniciativas); 6) política social do governo do Estado (idem).

As tendências consolidadas fazem parte de um quadro presente, no entanto, as incertezas críticas, dadas suas especificidades, devem ser trabalhadas quanto às hipóteses de ocorrência, ação que passamos a realizar.

Incerteza crítica 1

– investimento em infraestrutura e logística (Seplan, 2012)

Hipótese A – Possibilitar alto investimento em infraestrutura econômica e logística com ampla participação do setor privado e com significativa redução dos estrangulamentos.

Hipótese B – Ocorrer moderado investimento em infraestrutura econômica e logística com participação tímida do setor privado, mas com persistência de estrangulamentos.

Incerteza crítica 2 – gestão ambiental (*idem*)

Hipótese A – Gestão ambiental que seja eficaz no controle e fiscalização da relação com a natureza (implementação efetiva do ZSEE) e indutora da mudança do padrão tecnológico e produtivo.

Hipótese B – Gestão ambiental que apresente moderada efetividade no controle e fiscalização da relação com a natureza (implementação efetiva do ZSEE).

Incerteza crítica 3 – regularização fundiária (*idem*)

Hipótese A – implementar um processo de regularização fundiária e desconcentração da terra.

Hipótese B – limitar a regularização fundiária com manutenção do quadro de concentração, convivendo com conflitos pela terra pontuais.

Incerteza crítica 4

– postura do empresariado mato-grossense (*idem*)

Hipótese A – ter postura proativa e empreendedora do empresariado mato-grossense.

Hipótese B – ter postura passiva e dependente do empresariado mato-grossense.

Incerteza crítica 5

– capacidade de gestão pública do Estado (*idem*)

Hipótese A – implementar reformas e modernizações das estruturas gerenciais do Estado e aumentar a eficiência e efetividade (gestão por resultado) assim como a gestão fiscal.

Hipótese B – manter as limitações gerenciais com perda de eficiência e efetividade e com desorganização da receita e desperdício financeiro na implementação das ações.

Incerteza crítica 6 – política social do governo do Estado (*idem*)

Hipótese A – definir e executar uma política social que combine medidas e projetos estruturadores de mudança com iniciativas compensatórias e emergenciais.

Hipótese B – concentrar uma política social no enfrentamento das emergências e dos problemas sociais mais graves de forma compensatória.

As tendências consolidadas em combinação com as hipóteses das incertezas críticas refletem nas variáveis de resultado que definirão os comportamentos futuros, influenciadas é claro pelos cenários impactantes no Estado, seja de ordem nacional ou de ordem mundial.

O desenvolvimento regional do Médio Araguaia Mato-grossense deve ser conduzido em conformidade com as hipóteses “A” das incertezas críticas.

Em complemento, destacamos as tendências de negócios para Mato Grosso apresentadas especificamente pelo Imea-MT, com ênfase no agro-negócio:

- Conversão de pastagem em agricultura;
- Intensificação do uso do solo na pecuária (confinamento, semi-confinamento e suplementação a pasto);
- Intensificação do uso do solo por meio de integração Lavoura-Pecuária-Floresta;
- Usinas de etanol flex – (cana de açúcar + milho);
- Aumento das florestas plantadas;
- Crescimento da piscicultura no Estado de Mato Grosso;
- “Entramos na década da produtividade” (eficiência produtiva + custo baixo), na velha briga econômica Escala x Eficiência, como as empresas brasileiras ganharam muito em escala nos anos anteriores, o foco agora é “eficiência dentro de casa”.¹¹⁸

De todo esse cenário, podemos apontar a necessidade de uma articulação estratégica que envolva todas as esferas de governo (federal, estadual e

118 Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/R405_Apresentacao_MT_Portugues_Nova_26_11_2014.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

municipal) e Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com ampla participação social (todo os setores e sociedade civil organizada) para que a Região do Médio Araguaia desenvolva suas potencialidades de maneira sustentável e equilibrada, contemplando as dimensões econômica, social e ambiental.

Considerações finais

A região do Vale do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso apresenta uma complexidade muito particular com variações entre os municípios integrantes nas suas dimensões econômica, social e ambiental, o que marca um desenvolvimento descontínuo e desigual. Não podemos deixar de lembrar que esse fenômeno deve ser visto como um todo do Médio Araguaia e não como variações aleatórias pela localização das atividades desenvolvidas na região, pois inconcebível pensar em seções econômicas, sociais ou ambientais.

Foi nesse percurso que buscamos responder ao questionamento sobre quais seriam as vocações territoriais da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso, identificando-as e descrevendo-as, a partir de dados coletados no ano de 2015. Como dito alhures, essa região é formada pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira, instituída juridicamente pela Lei Federal n. 11.107/2005, o que nos conduziu à análise da primeira década de instituição (2005-2015) do consórcio desses municípios.

Assim, podemos afirmar que o cenário da região, nessa primeira década (2005-2015), tem como base a agropecuária, o que conduz um desenvolvimento que tenta ser conciliado à sustentabilidade com estrangulamentos na infraestrutura e logística. Isso reflete na produtividade da região que apresenta baixo adensamento produtivo e limitado valor agregado aos produtos primários. Os recursos naturais sofrem pressão direta pela expansão da agropecuária. Isso tudo reflete na renda e no emprego e torna a região dependente de políticas públicas e investimentos.

As vocações territoriais da região são: apicultura, fruticultura, horti-granjeiros (pupunha), ovino/ caprinocultura, ecoturismo, heveicultura, pis-

cicultura e leite. No entanto o cenário futuro deve ser combinado com as tendências consolidadas, levando-se em conta as incertezas críticas.

A configuração do desenvolvimento regional do Médio Araguaia Mato-grossense deve ser conduzida para a redução das desigualdades através do fomento de políticas públicas dotadas de métodos eficientes e entrega de bens e serviços à população para cumprimento de seus objetivos, preferencialmente em conformidade com as hipóteses “A” apresentadas nos subitens das incertezas críticas, quais sejam: 1) possibilitar alto investimento em infraestrutura econômica e logística com ampla participação do setor privado e com significativa redução dos estrangulamentos; 2) gestão ambiental que seja eficaz no controle e fiscalização da relação com a natureza (implementação efetiva do Zoneamento Socioeconômico Ecológico – ZSEE) e indutora da mudança do padrão tecnológico e produtivo; 3) implementar um processo de regularização fundiária e desconcentração da terra; 4) ter postura proativa e empreendedora do empresariado mato-grossense; 5) implementar reformas e modernizações das estruturas gerenciais do Estado e aumentar a eficiência e efetividade (gestão por resultado) assim como a gestão fiscal; e 6) definir e executar uma política social que combine medidas e projetos estruturadores de mudança com iniciativas compensatórias e emergenciais.

Os instrumentos dessas políticas devem possibilitar uma leitura próxima da realidade e um diálogo direto e participativo com a população afeta consolidando o planejamento, orçamento e gestão. As metas prioritárias devem ser o centro das ações que devem ser flexíveis quanto às especificidades com respeito à organização e disponibilidade ao estímulo à cooperação e intercâmbio de informações e integração da sociedade civil.

Encerramos afirmando que o presente trabalho – que fez parte de um conjunto de atividades acadêmicas exigidas no Curso Superior de Polícia (CSP) promovido pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) no ano de 2015 – buscou contribuir com o debate sobre o desenvolvimento regional ao apresentar o cenário da Região do Médio Araguaia e suas vocações territoriais, sem a pretensão de esgotamento do assunto, sendo recomendado, inclusive, pesquisas futuras comparativas que possibilitem a verificação e constatação de eventual alteração ou permanência do quadro retratado neste artigo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública* / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012.

DIEGUES, Rodrigo Chaloub. *Consórcios Intermunicipais em foco: debate conceitual e construção de quadro metodológico para análise política e institucional*. Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 9, jul-dez. Rio de Janeiro: [s.ed.], p. 291-319.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (FAMATO). *Diagnóstico da cadeia produtiva do leite no Estado de Mato Grosso: relatório de pesquisa*. Cuiabá: Famato, 2011.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (FAMATO). *Diagnóstico da Piscicultura em Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), 2014.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. *Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil*. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XII. Nº 21. Julho. Salvador-BA: [s.ed.], 2010, p. 5-19.

MATO GROSSO. *Plano de longo prazo de Mato Grosso. Cenários alternativos de Mato Grosso 2011-2031*. Cuiabá: Seplan, 2012.

VAZ, Clara Marineli Silveira Luiz (editora técnica). *Ovinos: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. Coleção 500 pergunta.